

MOBRAL BIBLIOTECA

ORIGEM *doação*

Q\$

DATA 09/ 11/ 83



PORTE PAGO
DR - RIO
ISR - 52 - 431/81



AÇÃO COMUM

Distribuição Gratuita

Rio de Janeiro, agosto de 1983

Ano V nº 45

Mobral colabora com a desburocratização



Ação Comum entrevista Melibio Uiracaba Machado, Kazuo Watanabe, Luiz Antonio Corte Real e Milton Martins.

Está sendo distribuído em Vassouras, no Rio de Janeiro, o Guia de Serviços Públicos, produzido pelo Ministério da Desburocratização em colaboração com o Mobral e a Prefeitura. O folheto, de 80 páginas, indica endereços, serviços prestados, documentos necessários e horário de funcionamento de todos os serviços públicos da cidade, do cemitério à Prefeitura.

A experiência, inédita no Brasil, será estendida a todas as cidades com mais de 50 mil habitantes, tendo por objetivo facilitar a vida do cidadão. Em linguagem simples e direta, o guia permite o acesso das populações mais

carentes aos serviços públicos.

Nesta edição, ainda sobre desburocratização, quatro autoridades judiciárias falam sobre a implantação do Juizado de Pequenas Causas e de como o brasileiro já tem justiça gratuita, sem papel, sem formalidades e sem processos solenes.

A matéria especial sobre Desburocratização editada pelo *Ação Comum* estará sendo distribuída no estande montado pelo Mobral no Palácio do Itamarati, em Brasília, durante o Encontro Nacional de Desburocratização, que estará sendo realizado de 30 a 31 deste mês. (Leia nas páginas 4 e 5).

Interior planeja ação com Mobral

O Mobral está elaborando o planejamento de suas atividades para o ano de 1984. Esse trabalho é parte integrante da ação educativa da Instituição e deve atender, da maneira mais ampla possível, aos interesses de cada município no interior do País, área de maior atuação do Mobral. E é exatamente aos líderes dessas comunidades que o *Ação Comum* está pedindo que procurem, com urgência, as Comissões do Mobral nos seus municípios, para apresentarem suas propostas e assim participarem, cada vez mais, do planejamento, da execução, do acompanhamento e da avaliação da ação educativa.

O que o Mobral pretende, a cada passo, é a participação efetiva dos grupos representativos das comunidades, de todos os elementos envolvidos, na construção solidária do próprio processo educativo. Leia a *Palavra do Presidente*, na página 2

Enchentes no sul adiam ACISO

A operação cívico-social que seria desencadeada pelo Mobral e Aeronáutica no mês de julho no Ceará e anunciada no último *Ação Comum* foi adiada para o mês de outubro deste ano, em data a ser confirmada. O motivo do adiamento foram as enchentes que inundaram o Sul do País, o que obrigou a unidade militar prevista para a Aciso a reunir seus esforços para uma ação de emergência no Estado de Santa Catarina. Mais enchentes na página 7.

Na Bahia a missa do descobrimento

O Descobrimento do Brasil é comemorado pelo Mobral em Santa Cruz Cabrália, na Bahia. Mais notícias em *O que vai pelas coordenações* na página 8.



No mês do folclore, o cordão junino Tucumará.

Seminário avalia educação

Os programas de educação de adultos serão avaliados em seminário latino-americano a ser realizado no Rio de Janeiro, de 22 a 30 de setembro. Países da América Latina e africanos de língua oficial portuguesa estarão reunidos, fazendo um diagnóstico do processo da educação de adultos vivido por eles. São também objetivos do Seminário Latino-Americano Avaliação de Programas de Educação de Adultos levantar os principais obstáculos para a realização de avaliações, incorporar estes resultados à prática educativa e sugerir meios para a superação da atual situação no marco das alternativas possíveis. O Seminário será coordenado pela Fundação Mobral e acontecerá na sede da Fundação Getúlio Vargas, Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro. Leia a *Agenda* na página 2.

Paracatu tem Festival da Canção

O município mineiro de Paracatu — maior produtor de grãos do Nordeste — realizou no mês de julho o VIII Festival Regional da Canção Popular. A promoção foi da Secretaria Municipal de Educação e do Posto Cultural do Mobral com apoio e patrocínio da Prefeitura Municipal de Paracatu e comunidade. Entre os objetivos do Festival estão o de incentivar a pesquisa e a divulgação da música popular, estimular o gosto e interesse pela música e favorecer o intercâmbio de experiências culturais entre os participantes. O VIII Festival Regional da Canção Popular realiza-se na quadra da Escola Dom Elizeu, em Paracatu, Minas Gerais. O Folclore está na página 7.



Como acontece todos os anos, a 1ª Missa é revivida no Ilhéu da Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabrália.

A palavra do presidente



Os estudiosos da condição humana falam com apreensão de fatores sociologicamente negativos como a superstição, o preconceito, a explicação monstruosa. Imaginem o temor que devemos sentir diante da associação destes fatores. De fato, tanto o comportamento social fora da lógica, quanto o uso de critérios de discriminação espúrios, ou ainda o julgamento por interpretação deformada são isoladamente geradores de problemas como supressão de liberdades, perseguições religiosas, raciais; ainda temos as condenações que nada acrescentam aos padrões sociais.

Um país com o índice de crescimento demográfico do Brasil, com uma crescente eficiência na proteção à infância, no alongamento da vida, na produção e distribuição de alimentos, corre o risco de apenas estar multiplicando a dor de milhões de seres humanos porque não há a crescente evolução social em termos da superação de preconceitos, de esclarecimento de superstições e de reinterpretção de julgamentos monstruosos. Premido às vezes por calamidades traumatizantes, por crises econômicas, por oscilações na dinâmica sócio-política, o Brasil se ressentido de uma condição transformacional que atenda a todas as demandas sociais, preservando-se a linha de conquistas econômicas. Quem saberá como contribuir? O presidente, o Ministério, os técnicos do governo federal, empresários, autoridades estaduais, os meios de informação e divulgação, os líderes sindicais? Quem? Sabemos todos das limitações humanas individuais e das

circunstâncias redutoras da eficácia das funções públicas ou representativas. Sabemos que é inútil simplesmente clamar contra uma imperfeição ou erro, sem que se proponha uma atitude capaz de efetivamente influenciar numa mudança positiva. Os omissos estão errados em simplesmente esperar para ver. Os sindicatos não podem apenas propor paralisações. Os empresários não podem apenas procurar preservar a linha de lucro. As autoridades otimistas precisam ver que há segmentos que não comportam otimismo. Os negativistas precisam considerar que a sociedade sobrevive, caminha e se adapta. Mais que nunca, é nas crises que surgem as possibilidades de poderosas mudanças sociológicas. Esta é uma crise que contém poderosos ingredientes de transformação, renovadores e inovadores, porque abrangem o econômico, o financeiro, o trabalho, as aspirações sociais e uma fase de mudanças institucionais e políticas. Nós do Mobral, integrantes de um grupo que reúne todos os brasileiros com maior ou menor adesão, com variados relacionamentos, sabemos simplesmente que a fórmula é a mesma e está contida em três princípios que são os que a humanidade sempre usou nas suas transformações, principalmente nas pacíficas, produtivas e, por isso mesmo, menos frustrantes: em primeiro lugar, participação; em segundo, participação com idéias, atos e compreensão tolerante; e em terceiro, participação com indicação, tanto quanto possível, do próprio papel e indicação, também, de como outros podem cooperar. Este país é a décima economia do mundo, sem invernos de neves e gelos e com possibilidades de duas colheitas anuais. Nem crises, nem calamidades podem destruí-lo facilmente. Participemos positivamente de sua construção, reconstrução e melhoria da qualidade de vida.

Claudio Moreira

Agenda

EDUCAÇÃO DE ADULTOS — Será realizado no período de 22 a 30 de setembro, na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, sob a Coordenação do Mobral, um Seminário Latino-Americano de Avaliação de Programas de Educação de Adultos. Constituído de conferências com comentadores, painéis de trabalho, discussões em grupo e debates abertos, o Seminário tem os seguintes objetivos:

- Realizar um diagnóstico do processo e do estado atual da avaliação da Educação de Adultos nos países da América Latina e africanos de língua oficial portuguesa;
- Levantar os principais obstáculos para a realização de avaliações e para a incorporação de seus resultados à prática educacional;
- Elaborar recomendações e sugestões para a superação da atual situação no marco das alternativas possíveis.

O tema central do Seminário — a atual situação e as perspectivas da avaliação da Educação de Adultos na América Latina e nos países africanos de língua portuguesa — será desenvolvido em três grupos de trabalho, em função das características dos programas ou projetos avaliados. O Grupo A relatará as experiências de avaliação de programas educacionais que enfatizam, entre seus objetivos, a diminuição das desigualdades sociais. Ao Grupo B caberá fazer o relato das experiências de avaliação de programas ou projetos que enfatizam processos de conscientização, de organização e de revalorização cultural de segmentos ou grupos da população. O Grupo C trabalha com experiências que enfatizam a promoção individual. As inscrições dos trabalhos a serem apresentados no

Seminário obedeceram aos seguintes critérios:

- extensão máxima de 30 (trinta) folhas, batidas em espaço dois, tamanho A-4;
- resumo em duas folhas, batidas em espaço dois, tamanho A-4;
- idiomas: português e espanhol;
- resumos, até o dia 30 de julho de 1983;
- trabalhos, até o dia 30 de agosto de 1983.

A Coordenação do Seminário selecionará 24 trabalhos para serem apresentados e discutidos durante o Seminário. O restante será impresso e distribuído aos participantes. Para maiores esclarecimentos, os interessados poderão comunicar-se com a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — Mobral — Caixa Postal 56036 — Rio de Janeiro — RJ — Seminário Latino-Americano — Coordenação Geral.

Coluna do leitor

Fonte de pesquisa — (...) Esta publicação tem muita importância no meio acadêmico, servindo de fonte de pesquisa e informação aos nossos consulentes, e ficará à disposição dos nossos alunos na Biblioteca Central Arnoldo Paulo Fürstenau".

Onesto Angelo Bordin
Agustinetto - Presidente da
Fundação Educacional do Vale
do Jacuí/RS

Assuntos culturais — "Sendo o jornal *Ação Comum* distribuído gratuitamente, solicitamos que nos remetam periodicamente o mesmo, pois temos interesse em ficar atualizados dos assuntos culturais deste jornal".

Rebesquini S.A. — Passo
Fundo/RS

Educador — (...) Como educador não poderia deixar de acompanhar as matérias que o jornal publica (...)"

João Célio C. do Nascimento -
Goiania/GO

Diretrizes educacionais — "Sou professor de estrutura e funcionamento do 1º e 2º Grau do Colégio Teotônio Neto, de Santana dos Garrotes. Sempre que tenho oportunidade, gosto de ler o jornal *Ação Comum*, pela importância das matérias

publicadas que permitem ao leitor manter-se atualizado com as diretrizes educacionais desenvolvidas por alguns segmentos responsáveis pela formação da nossa juventude".

João Bezerra Neto/PB

Mobral no País — "Fiquei contentíssimo ao receber um exemplar do jornal *Ação Comum*, o qual nos traz uma série de esclarecimentos no que se refere ao Mobral em todo o País, e gostaria muito de continuar recebendo os exemplares".

José Bonifácio Dias - Ferraz de
Vasconcelos/SP

Jornal nas empresas — "Venho pela presente solicitar uma assinatura do jornal *Ação Comum*, visto que, em seu bojo, traz noticiários importantes no campo cultural. Tenho lido suas edições nas salas de espera das empresas onde mantenho contato (...)"

Antonio Carlos Magro -
Jundiaí/SP

Nossas raízes — "(...) Folheei o *Ação Comum*, achei-o muito valioso e interessante este trabalho de divulgação de coisas do nosso Brasil e de nossas raízes (...)"

Marco Antonio Soares Oliveira -
Bom Despacho/MG

Sem intenções comerciais — "(...) O jornal *Ação Comum* merece o apoio total dos brasileiros já que trata-se de um trabalho sério que informa a realidade, sem intenções comerciais, dentro de um padrão de satisfatório nível, no que diz respeito à imprensa (...)"

José Aldyr Gonçalves/PB

Mobral, um caminho — "A Escola de Arte e Cultura vem, através de sua direção, agradecer pelo apoio que vem dando a este estabelecimento, onde, através do Mobral, conseguiu realizar todos os meus sonhos em fazer crescer a minha escola: este ano estou lecionando a 120 alunos desde o pré-escolar até a segunda série do 1º grau, junto com os alunos do PAF. Depois da reportagem de maio de 1982, a escola progrediu bastante e estou recebendo apoio do Banco do Nordeste e Maçonaria que, junto ao Mobral, têm me dado toda a força necessária para manter melhor a minha escolinha. Através do Mobral consegui a merenda escolar com que eu tanto sonhava, agradeço com lágrimas nos olhos por me darem todo o apoio já que não mereço tanto, apesar de ser um pobre deficiente físico que muitas vezes sinto dificuldade de me locomover".

Raimundo F. do Nascimento

Jornais recebidos

Jornal Mobral - Abaetetuba - PA - ano III - n° 32. O Elo - Santana - ano II - n° 5. Jornal - São Francisco do Conde - BA - ano III - n° 15. Informativo Cultural - Matipó - MG - ano II - n° 10. Pócul Badaroense - n° 23. A Cultura - Presidente Dutra - MA - ano IV - n° 1. O Progresso - Fortuna - MA - ano IV - mar./abr. 83. O Farol - Caxias - MA - ano V - n° 3. O Pequeno Informativo - Vargem Grande - MA - ano II - n° 11. Jornal Juvenil - Altinho - PE - ano II - n° 46. 06 de Setembro - Belém - PB

- mar./abr. 83. Caipira - Aroeiras - PB - maio 83. Jornal Informativo - Solânea - PB - mar./abr. 83. Informe - Duas Estradas - PB - maio 83. Crescer Juntos - Serraria - PB - maio 83. Jornal Cultural - Mari - PB - mar. 83. Disparada - São João do Sabugi - PB - maio 83. Jornal Comunitário Cultural N. Alves - Arara - PB - maio 83. O Colaborador - Blumenau - SC - maio/jun. 83. Informativo Lagense - São José da Lage - AL - ano I - n° 3. O Candeeiro - PI - ano X - n° 25. Pimentinha -

Pimenta Bueno - RO - ano I - n° 1. Cultural - Santa Maria - RS - ano IV - n° 42. Mobralense - Gazeta Maués - Maués - AM - n° 1. O Uirapuru - Itacoatiara - AM - maio 83. O Jorbral - Recreio - MG - jun. 83. O Tamarari - Vila do Monte - BA - ano I - n° 6. O Pimentinha - Pimenta Bueno - RO - ano I - n° 3. O Estadinho - Guajará-Mirim - RO - ano III - n° 6. O Espelho - Ji-Paraná - RO - ano I - n° 5. O Sineac - Rio de Janeiro - ano VI - n° 16. Comtudo - Rio de Janeiro - n° 27.

AÇÃO COMUM

Editado pelo Departamento de Comunicação, da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral, Rua da Alfândega, 214 - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20070.

Presidente: Claudio Moreira
Jornalista Responsável: Everardo Wilson de Lima Pinho - registro profissional n° 11.494 (RJ)
Produção Editorial: Decom/Dicop - Fotos: Dicop

O jornal Ação Comum está sendo distribuído pela firma Distribuidora Fernando Chinaglia S.A. No caso de qualquer irregularidade no recebimento solicitamos comunicar à redação. Rua da Alfândega, 214 - Centro - CEP 20070 - RJ.

Serviço

Um prêmio para uma pesquisa — A Fundação de Assistência ao Estudante — FAE — lançou, para alunos de 2º grau das escolas públicas e particulares de todo o País, o Prêmio FAE (Fename) de Pesquisa Estudantil/1983, com o tema A Importância da Alimentação e seus Benefícios no Rendimento Escolar. O concurso é promovido pela FAE — entidade vinculada ao MEC — em colaboração com as Secretarias de Educação de todas as unidades federadas, tendo como objetivo estimular a atividade intelectual e a prática de pesquisa e redação. Os candidatos vencedores receberão os seguintes prêmios:

- 1º lugar: Cr\$ 100.000,00
- 2º lugar: Cr\$ 60.000,00
- 3º lugar: Cr\$ 40.000,00

Os trabalhos deverão ser apresentados em 3 (três) vias, papel formato ofício, datilografados em espaço 2 (dois) apenas de um lado, em

laudas de 25 (vinte e cinco) linhas. Deverão constar de, no mínimo, 8 (oito) páginas de redação, devidamente numeradas e rubricadas, acrescidas da bibliografia consultada. O texto deverá ser precedido de uma página de apresentação com os seguintes dados: título do trabalho, nome completo do autor, endereço, nome completo da escola e a série cursada pelo concorrente. Cada candidato poderá concorrer apenas com 1 (um) trabalho, que deverá ser de autoria individual. Cada estabelecimento de ensino deverá enviar os melhores trabalhos à Secretaria de Educação de seu estado ou território, que selecionará os 3 (três) originais finalistas e os enviará à FAE, até 30 de setembro, para seleção final.

Música de Banda — Começam a chegar ao Departamento de Operações do Mobral as fitas e partituras do I

Inventário Nacional de Música para Banda, uma promoção Mobral/Funarte com apoio do Instituto Nacional de Música. As primeiras composições recebidas pelo Mobral são da Corporação Musical de Santa Cecília do Município de Campo Belo, Banda Filarmônica de Visconde do Rio Branco, nome do município a que pertence, e Banda Lima Duarte da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor — Febem —, do Município de Antonio Carlos, todas cidades do sul de Minas Gerais. A comissão organizadora do certame continua recebendo o material até 20 de outubro deste ano, no Departamento de Operações do Mobral — Deope —, Rua da Alfândega, 214 — CEP 20070 — Rio de Janeiro/RJ. Em breve o I Inventário Nacional de Música para Banda estará mostrando através deste levantamento todo um repertório de músicas para bandas feitas no passado e no presente.

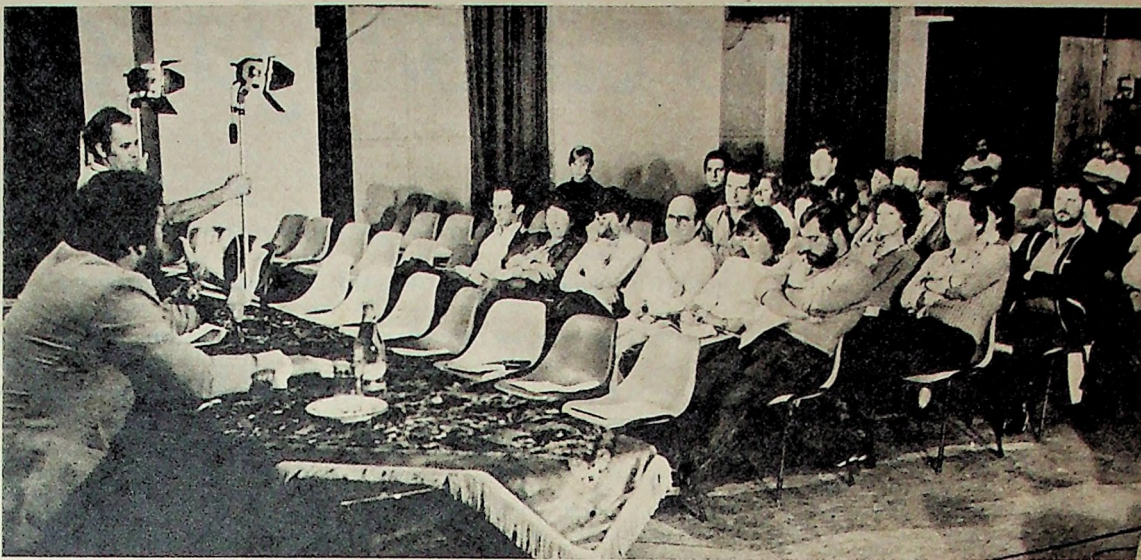
Ação conjunta nacional

O Mobral, através de seu presidente, Claudio Moreira, e o Projeto Rondon, por intermédio de seu diretor de Planejamento, Moacyr Secury da Silva, firmaram convênio, em Fortaleza, cuja finalidade, em linhas gerais, é a de desenvolver um trabalho sócio-educativo junto às populações, visando ao fortalecimento desses grupos e de suas formas organizativas, com a participação dos estudantes e de acordo com as diretrizes dos dois órgãos. Testemunharam a assinatura do convênio o governador do Ceará, Luiz de Gonzaga Mota, e o secretário-geral do MEC, Sérgio Pasquali.

O convênio também tem o propósito de mobilizar os estudantes para atuarem em localidades que lhes possam proporcionar um aprendizado sócio-profissional, relacionado às necessidades das comunidades; apoiar os treinamentos e reciclagens dos monitores e professores dos diversos programas e projetos do Mobral; desenvolver ações diversificadas de acordo com as necessidades da população nas áreas de saúde, de alimentação, de educação e de cultura além de estimular o associativismo e o desenvolvimento de projetos que concorram para a melhoria das condições de vida das populações carentes.

Para o desenvolvimento deste convênio, o Mobral e o Projeto Rondon já vêm adotando um planejamento integrado, tendo sido elaborada e aprovada uma Proposta de Ação Conjunta que serviu de diretriz para o desdobramento de uma programação junto a quatro estados selecionados — Paraíba, Pernambuco, Maranhão e Rio Grande do Sul —, prevendo-se também sua compatibilização a nível nacional.

Considerando este trabalho como uma ação de caráter sócio-educativo, os órgãos envolvidos devem utilizar formas de participação e organização das comunidades, levando-as a influir, direta e indiretamente, na transformação de sua realidade social. As atividades decorrentes do projeto deverão ser pautadas na verdade local a ser trabalhada pelo estudante, elemento viabilizador do processo, com a participação dos agentes comunitários, identificados com as carências da população. A participação dos estudantes deverá, antes de mais nada, proporcionar aprendizagem sócio-profissional como apoio às comunidades em seu processo de desenvolvimento. Nesse sentido, serão feitos um levantamento dos estudos realizados sobre a área-alvo e um contato direto com a população, com a participação dos líderes da comunidade, para que a definição das ações a serem desenvolvidas na área atenda às necessidades e interesses detectados. A nível nacional, o acompanhamento das ações se fará através de relatórios e visitas de técnicos do Mobral Central e do Projeto Rondon aos estados; a nível estadual, o acompanhamento será realizado através de visitas às áreas de atuação, de análise de relatórios elaborados nas localidades, além do que, nas Coordenações Estaduais do Mobral, deverão ocorrer reuniões de avaliação das quais participarão técnicos dos dois órgãos e, finalmente, a nível local, o acompanhamento será feito através de relacionamento direto dos estudantes com os agentes comunitários, os monitores e supervisores de área do Mobral, os coordenadores de área do Rondon e técnicos das Coordenações Estaduais de ambas organizações.



Claudio Moreira fala sobre ações-respostas às necessidades das populações carentes.

Moreira faz debate no Rio

O presidente do Mobral, Claudio Moreira, proferiu conferência no Colégio Santo Inácio, em Botafogo, numa promoção da Comunidade Encontro de Pais com Cristo — EPC —, a convite do reitor padre Aloisio Penna, tendo sido apresentado pelo coordenador do ciclo de conferências, Antônio Ricardo Gafreé.

"Noite chuvosa, noite de dilúvio", no dizer do presidente do Mobral. A palestra versou sobre o Projeto Rondon e o Mobral. Aliás, Claudio Moreira é velho conhecedor do Projeto Rondon, já que foi universitário fundador do Projeto nos idos de 1967/68. Segundo ele, ambos possuem afinidades históricas, ou seja, foram criados em 1967. O Projeto Rondon, na verdade, foi instituído dentro de uma disposição do governo de levar ao estudante universitário uma oportunidade de participar, de vivenciar a problemática brasileira, despendendo parte de seu tempo junto às comunidades mais longínquas do País. O Projeto objetiva beneficiar o próprio universitário com essa experiência, bem como levar às comunidades alguma coisa mais substancial em termos de desenvolvimento. Ao longo de anos de experiência, o Projeto Rondon descobriu, alicerçou, amalgamou sua vocação, lançando suas raízes comunitárias. O Mobral, em 1967, foi criado com base numa necessidade detectada pelo governo de então, de o Brasil levar também às populações do interior a oportunidade de participarem do processo educacional. O objetivo, a missão desse órgão seria, como é ainda hoje, cuidar da alfabetização funcional e, principalmente, da educação continuada de adolescentes e adultos. Contudo, durante esses 13 anos de existência, o Mobral descobriu igualmente a sua vocação comunitária, tal como o Projeto Rondon.

Sem dúvida, o Projeto Rondon e o Mobral vêm vivendo uma tentativa de aproximação cada vez maior. O Projeto Rondon dispõe de uma grande força de trabalho, não só em termos de quantidade, como principalmente em termos de qualidade usando uma parcela da elite intelectual do País, que é a classe universitária. Já o Mobral dispõe hoje de uma rede distribuída

em 4 mil municípios, com suas comissões municipais. Disse Claudio Moreira em sua palestra: "Desse casamento, dessa força disponível, dessa força de engajamento, de vontade, de trabalho, de ideal, que é a força universitária, e com a estrutura do Mobral, nós acreditamos que podemos ter — quem sabe? — mais adiante uma ação muito mais eficaz, muito mais coordenada, em termos desses dois órgãos que atuam nas comunidades brasileiras".

A estrutura do Mobral

Prosseguindo em sua palestra, comentou ele: "Temos o órgão central, a presidência do Mobral, em Brasília, o órgão central no Rio de Janeiro, com cerca de 800 funcionários, que é o órgão do Mobral Central. Temos 28 Coordenações Estaduais/Territoriais. São 28 porque alguns estados têm duas coordenações, como é o caso do Rio de Janeiro, que tem uma Coordenação Metropolitana — Comet — e uma Estadual, ou como Minas Gerais, que tem a Coordenação de Minas/Norte e a Coordenação de Minas/Sul". E continuou o presidente: "Entre a Fundação e as comissões municipais, que estão ao lado das prefeituras municipais, nós temos um elemento dessa estrutura, que chamamos de Subsistema de Supervisão Global — o Susug —, no jargão do Mobral. Esse Subsistema de Supervisão Global é constituído de mil supervisores de área, numa média de mais ou menos quatro municípios por supervisor, que compõem os elementos de cada Coordenação. Acho que assim fica dada uma noção dessa estrutura".

Debates

Após a conferência, Claudio Moreira suscitou debates com o público presente. Foram levantadas várias perguntas pertinentes: problemas de alfabetização, de regressão ao analfabetismo, da dispersão dos objetivos do Mobral. O presidente dissertou sobre o tamanho do Brasil e os recursos humanos existentes no País. Acentuou que, em 1982, foram treinados cerca de 120 mil monitores

na área de alfabetização e de educação pré-escolar. No entanto, se existem deficiências na alfabetização, se é incontroversa a regressão, afirmou ele que há o outro lado da medalha e deu exemplos: "Em Goiás, tive oportunidade de constatar que alfabetizados pelo Mobral tinham prosseguido em seus estudos, um chegando a advogado, outro a dentista, e uma senhora idosa, que tinha se formado em Geografia, já fazer mestrado nessa matéria". No tangente à dispersão, confessou o presidente: "Acho que ocorreu em alguns momentos essa dispersão, mas graças a ela é que descobrimos uma série de fórmulas de fixar a ação e descobrir o Programa de Educação para a Saúde. Enfim, uma série de outras ações-respostas às necessidades dessas populações carentes". A seguir, Claudio Moreira respondeu a inúmeras perguntas, umas versando sobre a rede de voluntários que colaboram com o Mobral, outras insistindo na estrutura da Fundação. O presidente fez o seguinte depoimento: "Temos, nas 28 coordenações, telex instalados, telefones, uma frota de 200 veículos em todo o País e a parte de difusão das informações por aquela rede — Sistema de Difusão Mobral. Nós enviamos via malas-diretas para 1.146 endereços de rádios, de pequenas rádios, de pequenos jornais, de serviços de alto-falantes, informações educacionais, semanalmente, para esses estados. E o sistema de volta da informação é através de boletins, fichas de frequência nas salas de aula e enorme rede bancária em todo o País. Temos sérios problemas nessa área, no momento". Outros itens foram abordados, de acordo com as perguntas levantadas. Claudio Moreira tornou a se referir ao trabalho conjunto Projeto Rondon/Mobral; mencionou a influência exercida por Paulo Freire em vários itens da metodologia utilizada pelo Mobral; os convênios que o Mobral tem com inúmeras entidades, como a LBA, o Ministério da Saúde, as Secretarias Estaduais de Ensino, Exército, Aeronáutica, etc.; o Programa de Alimentação Escolar; o orçamento do Mobral; e, finalmente, falou sobre a experiência em Serra João do Vale, no Rio Grande do Norte.

Desburocratização: pequenas causas já têm tribunal

Nesta matéria especial sobre Desburocratização, quatro autoridades judiciais falam ao *Ação Comum* sobre o assunto: desembargador Milton Martins, presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul — Ajuris; Dr. Melibio Uiraçaba Machado, juiz do Tribunal de Alçada, diretor do Departamento Cultural da Ajuris e membro da Comissão Revisora do Anteprojeto das Pequenas Causas; Dr. Luiz Antonio Corte Real, coordenador do Projeto Juizado de Pequenas Causas da Ajuris; e desembargador Kazuo Watanabe, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e membro da Comissão Revisora do Projeto e da Associação Paulista de Magistrados.

AÇÃO COMUM - Como surgiu o Tribunal de Pequenas Causas?

MILTON MARTINS - Colegas de diversos setores foram verificando uma forma de tornar acessível a Justiça, isto é, de que forma o povo poderia ter acesso a ela. Primeiro através de estudos e depois com a própria experiência, fomos estabelecendo normas de procedimento, ética de trabalho e, hoje, já temos uma experiência muito boa com projetos específicos. A Ajuris não vê apenas o problema classista, vê o problema do judiciário por inteiro, e temos uma política global para o Poder Judiciário a partir de termos essenciais da existência desse próprio Poder. E, evidentemente, começamos a questionar como o Poder Judiciário pode ser eficiente.

O Judiciário tem o monopólio jurisdicional do País, mas precisa torná-lo efetivo. Queremos um Judiciário eficiente. Nessa visão global nós partimos de um judiciário independente política e administrativamente para que seja realmente um poder do Estado e exerça efetivamente o governo no monopólio tradicional. Dentro das questões que surgem decorrentes daí, está o produto justiça, ou seja, a prestação do serviço de justiça, devido pelo Judiciário. Sentimos que as grandes causas chegam em sua mínima parte ao Judiciário (cerca de 20%). As pequenas causas vêm 0% ao Judiciário. E, ora, se o judiciário não está prestando justiça, temos que estabelecer quais as causas por que grande parcela da comunidade não o procura.

Às vezes não basta a gratuidade da justiça. Mesmo assim o povo não tem acesso ao judiciário nas pequenas causas. O povo é às vezes injustiçado por um pequeno produto que adquiere ou nas pequenas desavenças que tem tanto no civil como no crime e não tem uma solução. Quem está resolvendo isto é a polícia, algumas vezes. Em outras, algum vizinho. Muitos chegam às vias de fato numa situação de conflito por ter uma litigiosidade que não é tratada adequadamente. O instrumento que se conhece no mundo inteiro para tratar das pequenas causas é uma justiça adequada às pequenas causas. Não se vai preparar uma equipe cirúrgica para tratar de um resfriado. Pequenos conflitos têm que ser tratados com uma justiça adequada.

AÇÃO COMUM — Em que municípios podem ser encontrados os Tribunais de Pequenas Causas?

LUIZ ANTONIO CORTE REAL - Temos dois juizados de pequenas causas em

Sem papel, sem formalidades e sem processos solenes, o brasileiro terá justiça gratuita no Tribunal de Pequenas Causas.

Como e quando se deve recorrer a um Tribunal de Pequenas Causas e o que é necessário para a sua criação numa pequena comunidade do interior brasileiro.

Porto Alegre, um em Camaquã, um em Rio Grande e um em Novo Hamburgo. São cinco juizados, e estamos querendo instalar um juizado experimental na cidade de Anta Gorda.

AÇÃO COMUM - O que seria preciso para criar um Juizado de Pequenas Causas num pequeno município do interior, por exemplo?

CORTE REAL - O fundamental é que esta comunidade esteja motivada, interessada na criação de um juizado. Isto seria o básico. Se houver esta motivação, o resto é simples porque o Juizado de Pequenas Causas é simples. Precisa de um grupo de pessoas disposto a trabalhar a organização deste grupo de acordo com o regulamento, para que o juizado como instituição funcione dentro de seus objetivos.

AÇÃO COMUM - Gostaríamos de saber um pouco mais da estrutura destes tribunais.

CORTE REAL - Os tribunais que funcionam no Rio Grande do Sul são basicamente constituídos de um juiz de direito, um coordenador ou supervisor, um grupo de advogados que trabalham como conciliadores de árbitro e dois ou três funcionários para a cobertura administrativa de serviços datilográficos, remessa de correspondência. Apenas isto.

AÇÃO COMUM - Mas isto não implica a existência de custos?

MILTON MARTINS - Para a população o custo é zero. A vantagem para a população é essa: resolver seus problemas gratuitamente. Ainda que, eventualmente, alguém seja condenado a pagar uma pequena despesa em vista de seu proceder, está pagando apenas aquilo que deve à outra parte. Não vai pagar nenhum custo à justiça. De parte de quem mantém os serviços, como é o caso da Ajuris, nós temos despesas, os juizes têm um serviço extra, mas estão trabalhando gratuitamente, voluntariamente, assim como os advogados. Mas a Ajuris tem que manter servidores, expedir correspondência, tem despesas de material naturais neste serviço. Há necessidade de um pequeno apoio financeiro que tem sido superado através da Ajuris. Do campo legislativo o que nós esperamos é que a lei venha estabelecer uma coercibilidade, isto é, obrigue a outra parte a comparecer sob pena de revelia. Apenas este artigo seria fundamental. Temos medo da legislação que venha complicar. Se a legislação não for adequada e resolver formalizar o processo, vamos cair no mesmo problema da justiça comum e nosso pânico é não formalizar esta justiça. Deixá-la como vem funcionando. Esperamos apenas isto: uma legislação adequada. Se tivermos uma legislação inadequada isto prejudicaria todo o serviço feito até agora.

AÇÃO COMUM - O que o Tribunal

considera pequena causa?

MELÍBIO UIRAÇABA MACHADO - Definir pequena causa significa dizer que tipo de segmento da coletividade nós pretendemos atender. Não podemos, por exemplo, considerar pequenas causas conflitos de família, embora na Inglaterra as questões de família já sejam julgadas nestes tribunais, nos chamados tribunais de quarteirão, principalmente nas questões de alimentos. É evidente que não se vai fazer uma ação de separação de casal, porque isto não é uma pequena causa. Agora, em termos de valor patrimonial, o projeto define até 20 salários, o que representaria, hoje, um total de 600 mil cruzeiros.

MILTON MARTINS - Neste ponto acho que seria muito importante que se deixasse aos estados e tribunais de cada estado estabelecer a sua faixa. Dizia-me um juiz do Piauí: "Ao fixar um valor de pequenas causas para São Paulo ou Rio Grande do Sul, pode-se abranger toda a justiça do Piauí?" Cada estado sentiria até aonde seria limitado. Nossa proposta é de que este limite não seja fixado a nível nacional.

CORTE REAL - É bastante discutível o montante estipulado para a pequena causa. O anteprojeto do governo fixa em 20 salários mínimos, mas, no nosso entender, é um valor muito alto. Absorveria quase 50% das questões que são submetidas às varas cíveis e seria alto também em razão da realidade econômica do povo brasileiro. Entendemos que este valor deve ser fixado caso a caso como é o do Rio Grande do Sul, por exemplo. Em Camaquã as pequenas causas estão limitadas em até 3 salários mínimos. Em Porto Alegre, ela é fixada em até cinco salários mínimos. Assim, esta faixa variaria de acordo com a conveniência de cada comunidade. Propomos, então, que o limite seja fixado não só para cada estado como para cada comunidade em função de suas necessidades econômicas. O Projeto da Ajuris para o Tribunal de Pequenas Causas difere um pouco do projeto encaminhado pelo governo, porque ele é o resultado de nossa experiência. Nossa preocupação é que o Congresso Nacional examine nosso anteprojeto e compare com o projeto do governo que, evidentemente, foi feito por pessoas muito capazes, mas com bases em modelos estrangeiros. Procuramos aqui afastar tudo aquilo que julgamos inadequado à realidade brasileira e procuramos criar situações novas como é o caso do Juizado de Pequenas Causas Especiais — um capítulo de nosso projeto no qual o juizado de pequenas causas aparece adaptado às pequenas comunidades do interior. Pensa-se em juizado de pequenas causas em termos de grandes cidades, mas o Brasil não é um conglomerado de grandes cidades. Ao contrário, o Brasil possui

comunidades do interior de difícil acesso, sem serviço judiciário, que deveriam ter um juizado de pequenas causas.

AÇÃO COMUM - O projeto encaminhado pela Ajuris ao Congresso inclui outras inovações?

CORTE REAL - Nosso projeto se distingue do projeto do governo também por não conter a etapa *um* do arbitramento, porque no Brasil não existe tradição neste sentido e o povo não aceita o arbitramento. Nos Estados Unidos dá-se uma ênfase muito grande a ele, mas aqui nossa ênfase é para a conciliação e, eventualmente, a decisão de um juiz. Outra diferença é que o projeto do governo não prevê execução. A sentença ou acordo, se cumprido no juizado de pequenas causas, terá que ser julgado na justiça comum com todos os problemas da justiça comum: o formalismo, o preço caro, a constituição de advogados, etc. E como, às vezes, não é grande a importância da pequena causa, não haveria como cumprir estas decisões. Em nosso projeto há um procedimento de execução do próprio Tribunal de Pequenas Causas completamente informal, simples, inteiramente adequado à pequena causa.

MILTON MARTINS - Eu iria um pouco mais além do projeto do Ministério da Desburocratização, que procura afastar as pequenas reclamações contra o Estado. Acho que a União não pode ficar fora. Se o Estado quer resolver o problema não pode ficar imune ao juizado de pequenas causas. Nós temos aqui a colaboração do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, onde o governador Jair Soares tem dado amplo apoio ao juizado de pequenas causas.

Em Rio Grande, um gerente de uma estatal compareceu ao juizado para resolver um problema que tinha com um consumidor. Todos os órgãos estatais deveriam se submeter a uma conciliação, a encontrar um caminho no juizado de pequenas causas.

AÇÃO COMUM - Dr. Watanabe, nós gostaríamos de conhecer sua visão sobre o Tribunal de Pequenas Causas num grande centro como São Paulo.

KAZUO WATANABE - Devo esclarecer que estou aproveitando esta minha vinda a Porto Alegre para conhecer os juizados de pequenas causas.

MILTON MARTINS - Mas a Ajuris foi em grande parte despertada pelos estudos começados em São Paulo. Nós viamos nos jornais a preocupação do Ministério da Desburocratização, que, em contato com o governador Paulo Maluf, parecia implantar o juizado fora do judiciário e, a Associação Paulista de Magistrados se alertou para a importância de se fazer um juizado de pequenas causas pelo judiciário.

KAZUO WATANABE - Em São Paulo, atualmente nós aguardamos a aprovação do anteprojeto para podermos implantá-lo. Talvez a Associação Paulista de Magistrados possa assumir lá a mesma função da Ajuris aqui no Rio Grande do Sul. O que eu acho importante no Juizado de Pequenas Causas é que, se analisarmos historicamente o problema da solução de conflitos, vamos verificar que nas comunidades primitivas a própria comunidade tinha os meios normais de solução de

conflitos. Sobre tudo numa cidade pequena onde todos se conhecem, o líder, o sacerdote, o chefe de família tinham condição de solucionar estes conflitos. À medida que a sociedade vai assumindo sua complexidade, estes meios normais vão desaparecendo simplesmente porque não há mais este sentido de coesão dos meios de uma determinada sociedade. Começam então a surgir certas instituições como sindicatos, associações de classes, mas tudo isto se torna insuficiente. Então, o papel do Estado assume fundamental importância na solução destes conflitos. O que nós constatamos é que, em razão do tratamento inadequado que o Estado vinha dispensando a essas soluções de conflito, foi havendo uma defasagem entre o Judiciário e a sociedade. No início do século, existia o Judiciário e os meios normais que a sociedade espontaneamente criava e tinha condições de solucionar. Daí a importância de o Estado criar mecanismos de forma mais ampla para a solução destes conflitos. Conflitos que estão sendo solucionados em locais errados quando deveriam ser canalizados para o Judiciário. O grande número destes conflitos não-solucionados representa um perigo muito grande em termos de estabilidade social. A grande preocupação do Juizado de Pequenas Causas é a de criar, através do Judiciário, solução para estes conflitos, dos quais o povo acaba abrindo mão, por não serem resolvidos. Vejo como grande virtude do Juizado, muito mais do que seus resultados estatísticos, a forma espontânea com que muitos destes conflitos vêm sendo resolvidos porque o Juizado existe. Explicando melhor: na medida em que num cruzamento existe um guarda de trânsito, os motoristas começam a cumprir a lei. **AÇÃO COMUM** - De que forma outros segmentos da sociedade podem contribuir neste processo de desburocratização do serviço judiciário? **KAZUO WATANABE** - Os senhores são do Ministério da Educação e a colaboração que o Ministério poderia dar seria extremamente importante. O Juizado de Pequenas Causas, implantado a nível nacional, precisará de uma divulgação ampla. Principalmente o pessoal que não sabe ler terá que ser reeducado para buscar na justiça a tutela de seus direitos e, neste sentido, o Ministério da Educação poderá desempenhar um papel bastante importante. Um aspecto importante de ressaltar é que dos conflitos que ocorrem na sociedade apenas 10% vêm para o Judiciário. Noventa por cento dos conflitos são solucionados fora do Poder Judiciário e, de alguma forma, deve ser assim. Por exemplo, os advogados solucionam uma grande parte de conflitos em seus escritórios, os sindicatos intervêm, assim como as associações, líderes e chefes de família. É importante saber em que medida ainda em todo o Brasil são mantidos estes meios normais de solução de conflitos. Quando vêm para o judiciário, a solução já é patológica. Precisamos estimular os meios extrajudiciais de solução de conflitos. **AÇÃO COMUM** - Qual a incidência maior de conflitos levados aos Juizados? **CORTE REAL** - É muito maleável, mas me parece que em muitos aspectos possuímos pequenas causas de amparo ao consumidor. O consumidor não tinha como reclamar. Existem questões também de acidentes de trânsito de pequena monta que normalmente eram endereçadas à justiça comum. As questões que envolviam o consumidor não tinham uma justiça que pudesse acolhê-las e resolvê-las. Realmente o Juizado de Pequenas Causas vem preencher uma lacuna muito grande.

MELÍBIO - Exato. Veja as questões de vizinhança. Não é que elas não sejam importantes. Talvez sejam as que mais desesperam as pessoas, mas não são questões que exijam um processo muito formalizado. Depende de reunir as pessoas a chegar a um meio-termo. Ainda a este propósito, é preciso que se diga uma coisa: a gente quando fala em pequenas causas dá a impressão de que está criando uma justiça para os pobres. Esta é uma acusação injusta que se faz ao Tribunal de Pequenas Causas — produto da ignorância por não conhecerem o projeto. Um gerente de banco que ganha mais de 20 salários foi a um Juizado de Pequenas Causas no Sarandi, em Porto Alegre, com um radinho de pilha debaixo do braço para reclamar que tinha mandado consertar três vezes e o defeito continuava. Ele não pode ser considerado um pobre. Mas a questão deste rico pode ser pequena e não se pode negar seu acesso a um tribunal, onde isto poderá ser resolvido facilmente. O que se quer é a adequação. Um cheque de quinhentos cruzeiros eu vou discutir nas pequenas causas. Um cheque de cinco milhões eu vou discutir na Justiça ordinária. Quando se fala em Tribunal de Pequenas Causas não se quer criar um tribunal para os pobres e outro para os ricos. O que se quer são processos adequados aos litígios que se quer resolver. Queremos do legislador instrumentos adequados à natureza do litígio. Não estamos fazendo distinção em função das pessoas e sim de suas dificuldades. Além do mais, não existe uma justiça para os ricos e outra para os pobres. Ou a justiça é igual para todos ou deixa de ser justiça. **AÇÃO COMUM** - Os juizados acolhem questões de posse indevida de terras? **MELÍBIO** - Pequenas questões possessórias estão sendo resolvidas, sim. Inclusive no interior do estado são as mais frequentes. Quando estivemos em Rio Grande as questões mais frequentes eram exatamente estas: problemas de permutas de terrenos, compra de terrenos em loteamentos clandestinos, questões de posse de animais cavaleiros, gado, etc. No interior, estas causas ficam divididas entre as questões de vizinhos e estas. É evidente que não vai ao Tribunal de Rio Grande um fazendeiro litigar 2.500 hectares de terra. **AÇÃO COMUM** - Qual o primeiro

passo para um cidadão obter auxílio do Juizado de Pequenas Causas? **CORTE REAL** - No momento em que alguém supõe que possui uma questão que se caracteriza como pequena causa, deve procurar a secretaria do juizado, onde um funcionário vai atendê-lo e verificar se realmente se trata de uma pequena causa. Se não for, ele terá uma orientação para procurar um advogado e se dirigir à justiça comum. Se for pequena causa, a questão é anotada numa pequena ficha e é marcada uma sessão para dali a dez ou quinze dias, tempo em que é convocada a presença do reclamado pelo correio. Dia e hora marcados, os árbitros estão presentes, a reclamação é anotada nesta ficha e encaminhada ao árbitro que une as partes e tenta a conciliação. Normalmente, se esta conciliação for exitosa, há um acordo tomado por termo assinado pelas partes. Isto dito no executivo judicial, ou seja, o árbitro propõe que ele (o árbitro) possa julgar o feito como juiz leigo. Se as partes concordarem, assinam um termo de compromisso e fica o árbitro como a pessoa que dará solução ao litígio. O árbitro emite o chamado laudo arbitral que equivale a uma sentença e que é obrigatório entre as partes. Assim é o funcionamento do Juizado de Pequenas Causas atualmente: não existe processo, apenas uma ficha. A parte interessada não paga nada, não existem custos e é inteiramente informal. Nem petições escritas nem a presença do advogado são necessárias. Sempre que algum conflito não tiver um resultado satisfatório no Juizado de Pequenas Causas (ainda não temos a lei que obrigue as partes a se submeterem a juízo) somos obrigados a aconselhar a parte que procure a justiça comum. Mas, no momento em que tivermos a lei, as partes serão obrigadas a se submeterem, e o juiz de pequenas causas julgará o feito. **AÇÃO COMUM** - Como se pensa resolver a assistência nas localidades onde não há serviço judiciário? **CORTE REAL** - No Rio Grande do Sul, existem muitos municípios que têm uma infra-estrutura com advogados, juizes e se pode criar perfeitamente um juizado de pequenas causas, mas existem comunidades pequenas em que não há advogados, nem serviços judiciários. Não havendo juizes, nem promotor público, como implantar o juizado de pequenas causas que supõe

pessoas com conhecimentos jurídicos para poder decidir? Em razão disto, extinguiamos deste juizado de pequenas causas do interior a parte jurisdicional. Não se julga. Estabelecemos apenas a etapa preliminar que é a conciliação e, como não teria ninguém com conhecimento jurídico, nós estabelecemos como segunda alternativa o arbitramento. O conciliador, que seria um leigo na inexistência de alguém profissional, proporia o arbitramento. Ele julgaria se as partes concordassem. Se as partes não concordassem, ele encaminharia ao juizado de pequenas causas da comarca mais próxima para ser decidido pela justiça comum. Se não existir juizado de pequenas causas na comarca mais próxima, o caso deve ser encaminhado à justiça comum como última alternativa. Seria muito perigoso criar um juizado de pequenas causas em localidade do interior onde não existam pessoas com conhecimentos jurídicos e lhes dar poder jurisdicional. Evidentemente, as decisões nestes casos podem falhar. Em razão disto, nós retiramos o poder jurisdicional do juizado de pequenas causas especial, pois seria uma temeridade. **AÇÃO COMUM** - Os Juizados de Pequenas Causas poderão vir em auxílio a esta situação de emergência vivida com as enchentes no sul do País? **CORTE REAL** - Eventualmente poderão sim, em função dos diversos problemas que atingem a população nestes casos. Poderão surgir questões geradas por esta calamidade, e tais conflitos poderão ser solucionados no Juizado de Pequenas Causas. Há uma relação bastante direta entre esta situação e o papel do juizado. **AÇÃO COMUM** - O que representa para a política de desburocratização o Tribunal de Pequenas Causas? **MELÍBIO** - O Juizado de Pequenas Causas e este juízo arbitral que a Ajuris está fazendo funcionar é exatamente a aplicação, no Judiciário, dos princípios fundamentais sustentados pelo Ministério da Desburocratização. O que é que se pretende quando se fala em desburocratizar? Não é permitir que as pessoas tenham um acesso fácil e possam expressar facilmente, de maneira verbal, os seus problemas a pessoas que possam resolvê-los? E o que se diz que é uma decisão burocratizada? Não é aquela que exige processo, dossiê, papel, tramitação de um *bureau* para outro, carimbos, etc.? Pois nós queremos acabar com isto na Justiça. As pessoas vão se apresentar ao seu juiz verbalmente, apresentar sua questão e, sem necessidade de formar processo, o juiz vai ouvindo e decidindo. As coisas têm que se passar diretamente, oralmente, sem processo, sem papel. Não é assim que acontece em nosso dia-a-dia? Vamos conversando uns com os outros e nos entendendo. A justiça deve ser assim também. Evidentemente nem todas as questões se prestam a este tipo de solução. Não podemos fazer uma ação de divisão e demarcação de terras através de procedimentos orais e singelos porque teremos que examinar documentos, medir terra, etc. Isto terá que ser guardado em algum lugar. No mais, tudo pode ser resolvido oralmente, frente a frente, as pessoas postas em confronto, sem formalidades, sem solenidade. É isto que nós queremos no Juizado de Pequenas Causas. É isto que o Ministério da Desburocratização quer. Só de eliminação de papel nós vamos livrar metade da floresta amazônica. Eliminar todos os procedimentos dispensáveis, as formalidades inúteis, permitindo que as pessoas tenham acesso à justiça sem qualquer obstáculo, sem qualquer ônus. Enfim, o que nós queremos é uma justiça eficaz. E parece que todo o serviço público deveria ser assim, e não apenas a justiça.

Com a palavra, o reclamante

“O reclamante alega que no dia 18 de junho de 1983, por volta das 16 horas, para não atingir uma vaca, desviou seu veículo para a esquerda, junto ao cordão, no sentido Centro-Bairro da Avenida Assis Brasil, acabando por subir no cordão da calçada. Neste ato foi atingido por um Maverick do reclamado”.

Questões às vezes tão insólitas quanto esta chegam a toda hora ao pequeno escritório do Foro Regional do Sarandi, em Porto Alegre. Quem as ouve em primeira mão é o estudante de Direito Luiz Henrique Salazar, 20 anos, para quem o Juizado de Pequenas Causas constitui uma incomparável fonte de estudos. Problemas de trânsito e conflitos de condomínios foram apontados por Luiz Henrique como as mais frequentes pequenas causas. Mas existem reclamações também contra algumas empresas estatais que, por determinação do governo estadual, são aceitas pela Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul — Ajuris —, que assumiu o encargo moral, jurídico e material das pequenas causas no estado, implantando já há um ano o primeiro Juizado de Pequenas Causas no Município de Rio Grande. Assim, problemas com a Companhia Estadual de Energia Elétrica ou com a Companhia

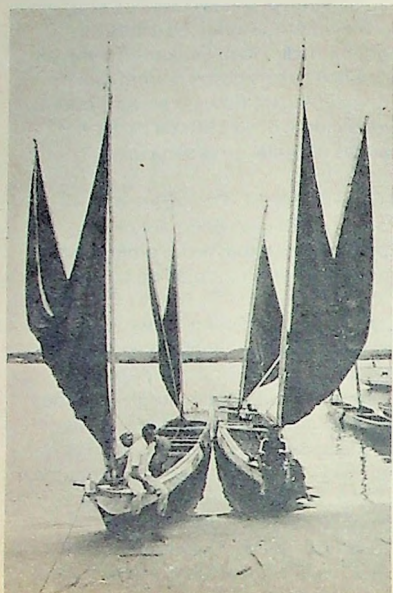
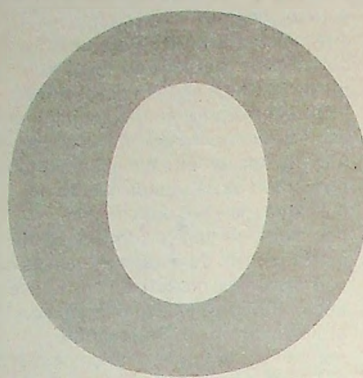
Rio-Grandense de Saneamento também são resolvidos, informalmente pelo Tribunal de Pequenas Causas.

ONDE FUNCIONAM

Em Porto Alegre existem dois juizados para tratar das pequenas causas. Um destinado a atender à zona sul e central da cidade. Fica no Foro Cívico, na Rua Siqueira Campos, 1.044. Funcionando somente a partir das 20 horas, o juizado recebe reclamações às terças e sextas-feiras e mantém seções funcionando às segundas e quintas-feiras, sempre no horário noturno.

Para atender aos casos surgidos na zona norte, existe o Foro Regional do Sarandi, na Avenida Assis Brasil, 6.405. No interior do estado, há Tribunais de Pequenas Causas nos Municípios de Rio Grande, Camaquã e Novo Hamburgo. Breve será criado um juizado especial para o pequeno município gaúcho de Anta Gorda.

João e seus amigos



O caudaloso São Francisco testemunha o zelo de João e seus amigos pelas condições de vida do povoado de Saúde.



Tudo o que a população consegue é fruto de seu suor, do esforço e da vontade de ver crescer sua comunidade.



baixo São Francisco tem suas histórias. É uma das mais interessantes tem como protagonista principal um homem baixo, de pele queimada, barba rala, chamado João Batista Pereira, nascido no povoado de Saúde, Município de Neópolis, Estado de Sergipe. Sua história está ligada para sempre à sua cidade natal e, certamente, no futuro seu nome será lembrado, não de uma maneira comum, mas com todas as honras que cercam os heróis épicos. Sua cruzada foi promover o desenvolvimento do seu povoado, aproveitando todas as chances que teve ou, pelo menos, tirando partido das ocasiões fortuitas que o destino lhe reservou. A ação comunitária foi sua lança e seu escudo. Talvez, no início, quando sua liderança inata não havia aflorado de maneira contundente, João não tivesse plena consciência da força mobilizadora que veio a ter através dos anos e do processo que pôs em marcha. Talvez não percebesse o vigor mágico que possuíam em seu interior, capaz de impressionar seus companheiros. Mas, à medida que suas obras foram sendo concretizadas, João pôde perceber sua capacidade de liderança. Se ao seu redor não havia nenhum exército ou divisões, havia pelo menos 32 combatentes, fiéis na luta pela melhoria de vida da população daquela pequena comunidade, às margens do lendário São Francisco.

A história

João Batista estudou até a quarta série em sua cidade natal. Depois adoeceu e teve que ser internado na Santa Casa, em Penedo, Alagoas. Ao se recuperar, fez o supletivo e um curso de enfermagem. Conta ele: "Foi então que faltou enfermeiro em Saúde, e o prefeito daquela época, sabendo que eu era daqui, me mandou para cá em 1973". No começo, lutou com muitas dificuldades. Trabalhava na casa de seu pai, transformando uma sala num posto para atender os doentes. Conheceu Arlene Messias dos Santos Pereira e com ela se casou. Em 1977, Arlene recebeu o convite de uma supervisora de área do Mobral para trabalhar no antigo Programa de Educação Sanitária — PES — do Movimento. Por motivo de doença, Arlene não pôde ir, mas João foi em seu lugar para Aracaju, onde recebeu o treinamento do PES. Ao voltar para o povoado, João reuniu 184 pessoas para realizarem com ele o levantamento das necessidades do local, tendo como base a metodologia do PES. Utilizando-se do que tinha aprendido no treinamento, João começou a repassar seus conhecimentos para outras pessoas, organizando debates para mobilizar seus conterrâneos no combate à esquistossomose, doença que grassava na região. Treinou-as também no sentido de se prevenirem contra as causas de sua propagação, num trabalho eminentemente de profilaxia. Estava lançada a semente do trabalho comunitário. E foram também registradas as principais prioridades: farmácia comunitária, horta, roça e um posto para atendimento aos doentes. Surgiu a farmácia, preferência número um da população, com um método *sui generis* de atendimento: os doentes apanhavam os remédios, usavam e, se houvesse alguma sobra, esta era devolvida à farmácia. Mas isto ainda era pouco. O grupo queria um posto maior que pudesse servir a todos. João chefiou a campanha e o mutirão. Em



sels meses construíram um Miniposto. E, com a ajuda do Mobral, o Miniposto foi aumentado em 1979. A cada triunfo, o grupo fixo formado por 32 pessoas chefiadas por João partia para uma nova empreitada. Outras necessidades foram levantadas, exigindo soluções do grupo. Desta vez foi o Posto Cultural do Mobral. Com o apoio da Coordenação de Sergipe e em regime de mutirão foi levantada uma casa. O sonho tornou-se realidade, e logo o Posto Cultural estava em pleno funcionamento, beneficiando a todos os que participaram e os que não participaram de sua construção. Em 1979, a necessidade urgente foi a arborização da cidade e a limpeza de suas ruas. Novamente João e seus companheiros procuraram o pessoal do Mobral, que cedeu mudas de algaroba, árvore frondosa que possui uma espécie de vagem com grãos ricos em proteínas. As árvores cresceram oferecendo uma refrescante sombra aos habitantes de Saúde, além de proporcionarem às crianças alimento que vale como uma refeição completa. Construíram também, no combate à verminose, 32 fossas de madeira. Fizeram uma campanha contra os percevejos, praga que invadia o local. Outra campanha foi feita com sucesso: todos os habitantes de Saúde tiraram documentos. O cemitério local foi ampliado e mais uma vez, em esquema de mutirão, as casas do povoado foram pintadas, dando um novo aspecto aos forasteiros que por ali passavam. Um parque infantil foi construído em frente ao Posto do Mobral. Todos esses empreendimentos levavam o timbre de João e seus pares. Em 1980, o grupo se reuniu e chegou à conclusão de que precisavam de um posto maior. Uma clínica, enfim, que tivesse condições de dar um atendimento mais completo aos necessitados. No dia 15 de junho de 1981, depois de cansativos e prévios planejamentos, começaram a construção da clínica. Hoje a maior parte já está concluída. São 10 compartimentos, gabinete dentário, minilaboratório, onde João e seus amigos fabricam remédios à base de ervas naturais. O local foi batizado de Clínica Comunitária Menino Jesus de Praga.

Associação

Quando João voltou, em 1977, a Saúde, após o treinamento do PES em Aracaju, escolheu 32 pessoas para ajudá-lo a zelar pelas condições de vida do povoado. Foi fundada, então, a Associação de Moradores Saudenses.

Muitos dos membros daquele grupo inicial já estão mortos, ou impedidos, pela velhice, de trabalharem mais ativamente. Mas os que puderam continuar lutam pela regularização, a nível municipal, dos papéis da Associação. Hoje é ela que mantém em funcionamento os trabalhos do Programa de Alfabetização Funcional — PAF — e do Pré-Escolar, além de ser responsável pelo funcionamento e atendimento da Clínica Comunitária Menino Jesus de Praga. Um dos maiores problemas que João enfrentou recentemente foi a chegada do Proalcool ao local. A usina foi comprando todas as terras em volta do povoado, menos as pertencentes a Atayde Bezerra, que se recusa terminantemente a vendê-las. O povoado de Saúde fica nas terras de Atayde. Com a compra das terras, o homem saudense, que trabalhava para os antigos proprietários, ficou sem lugar para plantar. Muitos passaram a trabalhar em projetos do governo, do outro lado do rio, trabalho que não compensa, pois eles gastam quase todo o dinheiro que ganham em transporte. Foi então que a Associação lutou, junto à Secretaria de Planejamento — Seplan —, para comprar novas terras na margem direita do rio, onde os saudenses pudessem trabalhar sem tantos inconvenientes. O negócio já está quase fechado com um fazendeiro vizinho. Serão 103 alqueires divididos em lotes e distribuídos entre as pessoas da comunidade que quiserem explorá-los. Essa é a maior conquista da Associação de Moradores Saudenses. O Mobral apenas incentivou e orientou o trabalho de João. O que eles conseguiram foi devido, exclusivamente, ao suor, ao próprio esforço e à vontade de verem sua comunidade crescer. Esse é o objetivo e o sentido de todo trabalho comunitário. Tudo isso faz lembrar D. Mocinha que, aos 70 anos, com muitos filhos espalhados pelo Brasil afora, declara alto para que todos possam ouvir: "O João enfermeiro eu considero como um filho. Por isso eu sempre ajudo a ele. Foi o João que descobriu esse Mobral, e ele começou a ensinar, aí foi ensinando, aí botaram ele para trabalhar e aí ele quer trabalhar sem conta. É o governador, o prefeito e o presidente do local". João sorri tranquilo ao escutar a afirmação de D. Mocinha. Tranquilidade que vem da consciência que tem do trabalho comunitário que um dia começou a desenvolver. Tranquilidade de homem notável, muitas vezes capaz de sacrifícios enormes. Tranquilidade de um predestinado a um dia virar parte da história do nosso povo.

Monte Alegre mostra folclore em festival



No Espírito Santo, o cordão junino Boi 2 de Ouro.

Capixabas fazem festa junina

Foram realizadas, em vários municípios do Espírito Santo, festas juninas de significativo interesse folclórico. No Município de Guaçuí, participaram alunos de nove unidades do Pré-Escolar que funcionam no Jardim da Infância. No Município de Alegre, quadrilha com alunos de duas unidades do Pré-Escolar/Sede. Em Pancas, quadrilha com unidades do Pré-Escolar da Sede. Em Muqui, quadrilha com alunos do PAF de uma classe da Sede. Em São José do Calçado, festa folclórica com a participação dos alunos do PAF. Em São Mateus, quadrilha com alunos do PAF e do PEI, ambos do Bairro Vila Nova. Em Conceição da Barra, quadrilha com alunos da escola do 1º grau e outra com alunos do Pré-Escolar. Em Aracruz, quadrilha com alunos do Pré-Escolar da Sede. Em Mucurici, festa junina com alunos da escola do 1º grau. E, finalmente, em Linhares, quadrilha e outras danças folclóricas com alunos do Pré-Escolar dos bairros da periferia da Sede, realizadas em frente ao Posto do Mobral.

Com o patrocínio da Prefeitura local e do Mobral, realizou-se o III Festival de Arte Popular e Folclore de Monte Alegre, de 26 de junho a 3 de julho. Considerado como um espetáculo de rara beleza do povo amazônico, a programação do referido Festival contou com uma exposição bastante expressiva do artesanato local, promovido pelo Clube de Mães do Município, além da apresentação de 22 grupos folclóricos, cujas exhibições de contos e lendas da hileia amazônica foi o ponto alto do evento.

Destacaram-se os cordões, como são comumente chamados pelo caboclo. Foram apresentadas as seguintes danças: japu, dança do saci, quadrilhas, boi dois de ouro, bode mimoso, uirapuru, dança rancheira, casamento moderno na roça, onça charmosa, pipira, siribá, sabiá, foliões, canário, pavão, boi-mirim, carneiro, pavão real, grou coroadado, tucunaré, arara, curimbó, tamanduá e a lendária curupira.

Os jornais do estado prestigiaram as manifestações folclóricas de significativo efeito, atraindo visitantes do Médio e Baixo Amazonas e das circunvizinhanças. A abertura do Festival aconteceu em solenidade presidida pelo prefeito João Evangelista Pereira da Silva. Dentre os telegramas recebidos, de congratulações, destacam-se o da ministra Esther de Figueiredo Ferraz; Jader Barbalho, governador do Estado do Pará; Aloysio Chaves, senador e líder do governo na Câmara Alta do País; Elias Sefer, superintendente da Sudam; Edna da Silveira Nóbrega, presidente da Paratur; Camilo Vianna, da Sociedade de Preservação aos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia; e muitos outros.

Agosto, mês do folclore

O dia 23 de agosto é o Dia do Folclore. De acordo com a definição contida na Carta do Folclore, que resultou do I Congresso Brasileiro do Folclore, em 1951, "constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição popular e pela imitação".

No Brasil, em todas as suas manifestações folclóricas, os elementos de origens européias estão presentes. Isto porque os portugueses formaram a camada dominante da população brasileira no período colonial. Mas, em muitos casos, os indígenas e os negros tiveram bastante influência, dependendo da região e da sua importância no processo de colonização. Também a Igreja Católica exerceu alguma influência nas comemorações religiosas, onde se juntavam elementos folclóricos de origens diversas.

No Brasil, o folclore tem características regionais. Primeiro, foi desenvolvido em São Paulo, antes da industrialização. Em Minas, durante o período da mineração. No Nordeste, desenvolveu-se com maiores características, devido aos séculos de cultura da cana naquela região. Nessas regiões, a população bem numerosa criou um modo de vida com suas próprias tradições e bastante estável, com grande capacidade de incentivar a transmissão oral de seus fatos e de elaborar, em conjunto, as representações. Nessas regiões, sempre houve uma produção local

e artesanal de produtos de consumo, de acordo com técnicas e padrões próprios. Hoje, as manifestações folclóricas quase não existem mais. O progresso industrial e a consequente urbanização quase que eliminaram o artesanato completamente e aquela auto-suficiência econômica que essas regiões apresentavam. A cultura de massa, ajudada pelos meios de comunicação de massa, vem substituindo os valores e as crenças locais. No lugar desses valores e crenças, colocam um folclore artificial, voltado exclusivamente para o turismo. Mas, alguma coisa ainda existe e a maioria das festas folclóricas brasileiras estão ligadas ao calendário religioso e são realizadas nos dias das festas católicas, onde se misturam os aspectos religiosos e profanos. Esse calendário é dividido em dois grandes ciclos: o primeiro, mais significativo no Nordeste, vai do dia 25 de dezembro ao dia 6 de janeiro; o outro ganha mais importância no Centro-Leste e é o das festas juninas. Isto sem falar no carnaval, que é uma festa de origem pagã, e sem esquecer as festas próprias de certos grupos e localidades que cultuam santos e padroeiros locais, como Nosso Senhor do Bonfim, na Bahia, e São Benedito, cultuado pelos negros.

Fontes: Enciclopédia Ilustrada do Brasil - vol. 6
Almanaque Cinema e
Publicidade do Brasil - 1983

Cheia volta ao sul desta vez maior



Santa Catarina: experiências alegres e positivas para liberar tensões da criança atingida pela enchente.

Uma mobilização nacional arrecadou víveres, agasalhos, medicamentos e trabalhou sobre os traumas causados pelas cheias na tentativa de minorar o sofrimento das populações atingidas pelas águas.

O governo estadual de Santa Catarina reuniu em emocionado apelo todas as instituições para apresentar seu plano emergencial. Devido ao grande número de flagelados em locais improvisados, a Coordenação Estadual do Mobral de Santa Catarina, por sua estrutura, capacidade de mobilização e penetração nos municípios, foi chamada a coordenar este trabalho de emergência batizado como Operação Enchente.

Em todo o estado, enquanto mutirões-limpeza desinfetavam casas mobilizando jovens e adultos, o Mobral ocupava-se em trabalhar também a criança vítima da enchente, tentando desmontar os traumas causados pelas cheias, liberando suas tensões e entretenendo-as com experiências alegres e positivas.

Alguns supervisores de área do Mobral também tiveram suas casas atingidas pelas águas. Dez deles foram encontrados — mala na cabeça e com fome — depois de verem submersas suas casas na volta de um seminário organizado em Santa Catarina pela Secretaria de Saúde.

Quem não foi atingido, contudo, recebeu orientação do Mobral para atuar em seus municípios. Assim, vários supervisores assistiram aos municípios catarinenses de Gaspar, Itajaí, Rio Negrinho, Mafra, Canoinhas, Rio do Sul, Três Barras e Ilhota, dando sua colaboração ao flagelo, numa ação conjunta que reuniu Comissões Municipais do Mobral, Prefeituras e Comissão de Defesa Civil do Estado.

A Coordenação Estadual do Mobral em Rondônia enviou ao Paraná 309 volumes contendo 7.237 quilos de alimentos, medicamentos, roupas e uma doação financeira para ser encaminhada pela Defesa Civil às comunidades mais atingidas pelas cheias. Ao baixarem as águas, a população volta às suas casas recebendo, através de um plano de ação conjunta do Mobral com os municípios, orientações de saúde, higiene e saneamento básico.

Sabedores do perigo que representam os diversos detritos animais arrastados pelas águas, o Instituto de Tecnologia do Paraná — Tecpar — doou à Coordenação da Defesa Civil 240 litros de água sanitária para desinfecção das casas atingidas. Ainda no Paraná, a Embaixada dos Estados Unidos doou 14 mil cobertores e 25 mil dólares às vítimas da catástrofe.

Laurival Mayer, prefeito municipal de São Mateus do Sul, enviou ofício à Coordenação Estadual do Mobral no

Paraná para externar o "sincero reconhecimento à equipe do Mobral e o pronto atendimento ao apelo de integração à Comissão de Defesa Civil".

Em vários municípios uma unidade móvel da Mobralteca dava informações e esclarecimentos às populações flageladas.

De estado para estado o quadro variou muito pouco nos últimos meses: casas, plantações e animais levados pelas águas. Em Crissiumal no Rio Grande do Sul, a escola está tomada pelas águas e as aulas de Educação Integrada suspensas, conta o supervisor de área do Mobral.

Enquanto isto, na Coordenação Estadual do Mobral em Porto Alegre, é feita uma campanha que arrecadou até agora 478 peças de vestuário e 186 unidades diversas de alimentos. Parte destes donativos foram encaminhados pela Comissão de Defesa Civil para o estado mais castigado: Santa Catarina.

No Rio Grande do Sul, alguns agentes e supervisores de área do Mobral são também membros da Comissão de Defesa Civil do Estado.

Em Venâncio Aires, com auxílio da Legião Brasileira de Assistência — LBA — e do Lions local, um grupo de ação comunitária organizou um pedágio para angariar donativos. Mães de pré-escolares em Lajeado organizaram um chá e as de Arroio do Meio um mocotó, ambos em benefício de cidades vizinhas.

No Festival de Arte Popular e Folclore, organizado pelo Mobral no Rio Grande do Sul a entrada é franca, mas no Município de Restinga Seca para assistir ao Festival era preciso levar um agasalho como ingresso.

A campanha de reconstrução de casas começa, sob a supervisão de área de Lourdes Kern, nos Municípios de Sananduva, Paim Filho e Cacique Ibiçá, enquanto em Sobradinho, Mobral e LBA trabalham na Campanha do Quilo, instalando várias tendas para distribuição de alimentos.

Tem sido de todos a tarefa de reerguer cada comunidade toda vez que se anuncia a bonança. Este espírito de solidariedade parece estar resumido numa espécie de desabafo literário, enviado à Coordenação do Mobral em Santa Catarina por um técnico em planejamento educacional e assessor especial do governador Espiridião Amin, Antenor Napolini. Ele diz em seu *Oitavo Dia*: A enchente levou muitas coisas que algumas pessoas tinham. Mas não levou o que todas elas são.

o que vai pelas coordenações



Atividades da Coest

A Coest/AC tem tido uma significativa movimentação na área da Educação. Primeiramente, realizou, no auditório do Ceseme, o treinamento dos monitores do Pré-Escolar do Mobral, Funbesa, Afeleto e Secretaria de Educação. Participará em outubro de fase preliminar do Prêmio Anual J. Roby Kidd, instituído pelo Conselho Internacional de Adultos, com sede no Canadá, e que tem por objetivo incentivar uma melhor atuação de todos os órgãos, entidades ou estabelecimentos encarregados da educação de adultos. O concurso terá duas eliminatórias; uma nacional e outra internacional. O vencedor ganhará um prêmio de 1.500 dólares canadenses. Para concorrer, o Mobral fará uma exposição dos trabalhos desenvolvidos pelo Posto de Cruzeiro do Sul, que conseguiu em pouco tempo formar no município um dos melhores grupos de artesãos do estado.

A seleção preliminar será realizada no Rio de Janeiro.

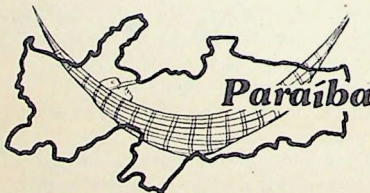
A profa. Maria Raimunda da Cunha Rocha, coordenadora estadual do Mobral no Acre, esteve no Rio de Janeiro, onde participou de um treinamento de Ambientação e Integração. Maria Raimunda viajou também para Fortaleza, onde o treinamento teve continuidade.

Duas técnicas da Coest/AC deslocaram-se de Rio Branco para Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima, a fim de mobilizarem agentes do Petra e do Pré-Escolar, escolherem local de funcionamento e lançarem campanha para montagem das hortas comunitárias.

Alunos do PAF, da Escola Anita Garibaldi, no bairro Quinze, em Rio Branco, visitaram a Cerâmica Flor de Maio e uma olaria situada no caminho do campus da Universidade Federal do Acre, com o objetivo de acompanhar de perto a fabricação de tijolos. A visita prende-se principalmente ao desenvolvimento do conceito da palavra TIJOLO, uma das palavras-chave usadas na alfabetização de adultos. A partir do conceito de TIJOLO, os alunos vão aprendendo a construir outros conceitos, sendo alfabetizados em cinco semanas, com aulas diárias.

Coordenadora no Ação Comum

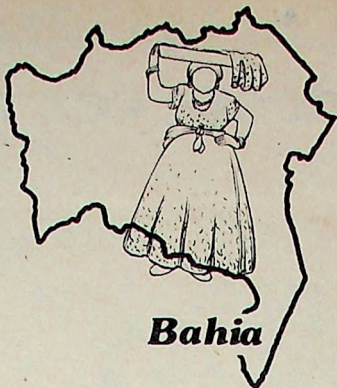
Visitando o Ação Comum, a coordenadora estadual do Acre, Maria Raimunda da Cunha, assessorada pela profa. Marileide Gomes Mascarenhas. Na ocasião a coordenadora falou da implantação das células municipais em seu estado. "As células são uma espécie de reforço às comissões municipais e deverão revitalizar as Comuns", disse Maria Raimunda.



Implantação do PIC

A Coordenação Estadual do Mobral da Paraíba estenderá, ainda este ano, aos seus 171 municípios, o Projeto Integração e Continuidade — PIC — que traz no seu bojo os conteúdos metodológicos dos Programas: Alfabetização Funcional, Educação Integrada e o de Educação para o Trabalho.

O PIC foi implantado, experimentalmente, em 12 municípios paraibanos, abrangendo 58 turmas e 1.200 alunos. Os resultados da experiência-piloto, que teve a duração de 13 meses, foram satisfatórios, alcançando objetivos como a aquisição das técnicas de escrita e leitura por parte dos alunos e o envolvimento das comunidades que apoiam a sua realização. Além disso, verificou-se o atendimento social aos alunos com dificuldades de visão e saúde em geral. Registrou-se, no decorrer do experimento, a colaboração e o apoio das Secretarias Estaduais de Educação e Saúde e do Inamps.



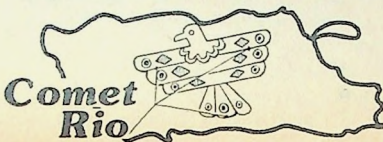
Cabrália comemora com Mobral o Descobrimento

Pela quarta vez consecutiva, Santa Cruz Cabrália assiste à Festa do Descobrimento do Brasil. A promoção é da Coordenação Estadual do Mobral da Bahia e, segundo a coordenadora Ilka Figueiredo, sua finalidade é despertar o interesse da população para o evento.

No Ilhéu da Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabrália, os festejos culminaram com a réplica da Primeira Missa no Brasil, celebrada na época por frei Henrique Coimbra e revivida hoje por atores da comunidade e índios da tribo Pataxós.

A solenidade teve a colaboração da Marinha Brasileira que participou, com o II Distrito Naval, das manobras marítimas que relembraram a chegada das caravelas portuguesas ao Brasil.

A missa deste ano teve outra curiosidade: o ofertório de uma índia recém-nascida da tribo Pataxós. O padre José Hamilton, responsável pela parte litúrgica da missa, chamou a atenção para que "o povo brasileiro sinta, como sendo sua missão, a construção de um novo mundo, onde pessoas, com a pureza do índio, possam sentir aquele ofertório a Deus". Além da procissão de oferendas, comunhão e bênção a todos os presentes, realizaram-se danças simbolizando o surgimento do povo brasileiro.



Atendimento

A Comissão Metropolitana do Rio de Janeiro está atendendo a mais 11 municípios da área: Angra dos Reis, Mangaratiba, Parati, Volta Redonda, Barra Mansa, Resende, Rio Claro, Valença, Rio das Flores, Barra do Pirai e Pirai.

Arraial

Um verdadeiro arraial com bandeirinhas, folhas de bananeiras e comidas típicas foi montado no galpão da Comet, em Vigário Geral, durante as comemorações de sua festa junina.

Surpresa das mais agradáveis foi, sem dúvida, a presença da profa. Terezinha Saraiva, presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor — Funabem —, e de Maria Augusta Teixeira, que também a assessorava junto à Secretaria Executiva do Mobral. Num gesto típico de sua simplicidade e simpatia, a profa. Terezinha prestigiou, assim, o Arraial do Vigário, recebida com alegria por Regina Müzzel Faria, coordenadora da Comissão Metropolitana do Rio de Janeiro.



Terezinha Saraiva (no centro da foto), presidente da Funabem, prestigiando o "Arraial do Vigário".



Semana do Meio Ambiente

A Coordenação Estadual do Amazonas promoveu diversas atividades durante a Semana do Meio Ambiente. Em reunião com todos os funcionários, a coordenadora Elisa Tinoco lançou o Concurso Em Defesa do Meio Ambiente, especialmente dirigido aos servidores do Mobral. A profa. Elisa participou também do programa de televisão Nossa Revista e do radiofônico na Rádio Rio Mar de Manaus. Houve, ainda, projeção de filmes sobre Ecologia e palestra nas Escolas Petrônio Portela e 1º de Maio.

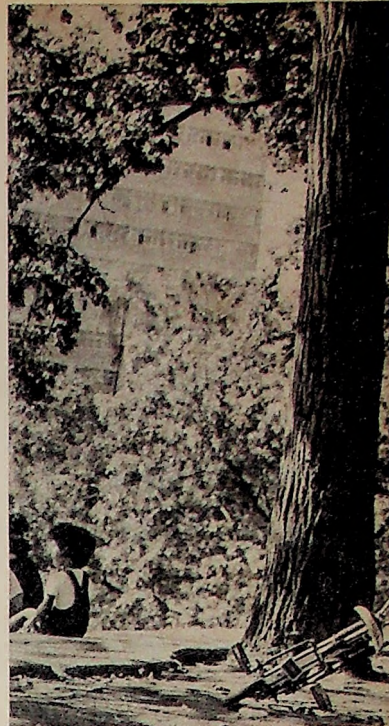


Na Albarus, a primeira formatura de operários

Já poderão ingressar no treinamento da empresa 44 operários da Indústria Albarus, em Porto Alegre.

Esta é a primeira formatura de operários ocorrida no Rio Grande do Sul, desde que o Mobral passou a atender às classes de alfabetização e educação integrada naquela indústria. Como tal, o fato mereceu uma comemoração que incluiu, além da entrega de certificados, a distribuição de prêmios para os formandos que obtiveram melhores índices de frequência ou notas finais.

Em seguida, os funcionários da Albarus, acompanhados de seus familiares, dirigiram-se ao Galpão Crioulo — sede campestre da indústria em Gravataí — para disputar um campeonato de futebol entre os diversos grupos de formandos e encerrar as comemorações com um grande churrasco. Foram estes os grupos de operários formados nesta primeira turma: Anzol de Ouro — com 12 formandos; Cataúcho — com 16 formandos; e Liderança — também com 16. Como paraninfo foi escolhido o presidente da Indústria, Luiz Manoel Rodrigues, para quem "investir no homem numa época de crise é um desafio ao qual a empresa vem se lançando com relativo sucesso". Representando, na ocasião, a coordenadora estadual do Mobral/RS, Iracema Fredel, o coordenador-adjunto, Praxedes da Silva Machado.



Meio ambiente tem concurso no Amazonas.



Escola Marciolina Alves: quatro núcleos de pré.

Lions, Mobral e Pré-Escolar

A Coordenação Estadual de Pernambuco e o Lions do Município de Belo Jardim assinaram convênio para atendimento a 120 crianças de 4 a 6 anos.

Já estão sendo implantados quatro Núcleos de Educação Pré-Escolar na Escola Marciolina Alves, construída pelo Lions, com a participação do Mobral e da comunidade. A Escola Marciolina Alves tem à frente o cel. Joaquim Edmilson e conta atualmente com duas amplas salas de aula, secretaria, recepção, sanitários e um salão que serve de cantina onde se prepara toda a merenda servida às crianças.

O primeiro convênio assinado entre Mobral e Lions data de maio de 1982 e contou com as presenças do presidente do Mobral, Claudio Moreira, da coordenadora estadual do Mobral de Pernambuco, Zulmira Maria de Carvalho, do presidente do Lions de Belo Jardim, Agenor Barbosa Maciel, e várias lideranças da comunidade, além de diversos sócios do Lions.

No bairro de Santo Antonio, onde funciona a escola, a comunidade se beneficia também do Projeto de Educação Integrada — PEI —, que prevê a existência de hortas comunitárias, áreas de lazer e biblioteca infantil.